

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** que entre si celebram de um lado o SINDLAGOS - Sindicato dos Motoristas e Ajudantes, Empregados e Autônomos de Carga da Região dos Lagos – CNPJ 00.368.582/0001-63, com sede na Av. Joaquim Nogueira, nº 1.005, São Cristóvão, Cabo Frio/RJ e de outro lado, o Sindicato do Comércio Varejista de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Araruama e Saquarema – SINDCOM, CNPJ: 36.476.257/0001-61, com sede na Av. Teixeira e Souza, nº 199, Sala 201, Centro, Cabo Frio/RJ, com as seguintes cláusulas:

**Cláusula 1ª** – Por conta da pandemia que assola o Brasil, decidem os Sindicatos manterem os seguintes Pisos Salariais: **Motorista de Carreta**: R\$ 2.029,00; **Motorista de Caminhão**: R\$ 1.561,50; **Motorista Utilitário**: R\$ 1.427,00; **Conferente de Carga**: R\$ 1.209,00; **Ajudante**: R\$ 1.136,00, a contar de 01/05/2020, tornando-se aplicáveis nos Municípios Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Araruama e Saquarema. Ficando certo que os empregadores poderão proceder, se assim entender, negociação salarial com seus colaboradores, desde que obedeça ao mínimo ora estabelecido.

**Parágrafo 1º** - Fica vedada a contratação de ajudante de caminhão na função de auxiliar de serviços gerais.

**Parágrafo 2º** - As empresas poderão estabelecer salário nunca inferior a 80% do piso, para empregados que exercem as funções acima, desde que admitidos a título de experiência pelo prazo de até 90 dias, devendo ao final ser reajustado para o Piso integral.

**Parágrafo 3º** - Os funcionários que ocupam cargo de confiança não trabalharão sobre regime de controle de ponto em função de receberem o percentual de 40% de gratificação com base no salário.

**Cláusula 2ª** – O empregador que determinar o uso de uniformes deverá fornecê-lo gratuitamente, exceto calçados, que ficará a cargo do empregado. O EPI, acessórios, botas, luvas, óculos de proteção, quando obrigatórios, serão concedidos gratuitamente, com observância do desgaste para reposição, sendo que a manutenção ficará a cargo do empregado, devendo o uniforme e EPIs serem devolvidos no ato da dispensa, sob pena de desconto do valor do saldo rescisório.

**Cláusula 3ª** – É devida ao empregado, dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data base de sua categoria, indenização equivalente ao seu salário (Lei nº 7.238/84), sendo devida a indenização se o término do aviso prévio trabalhado ou a projeção se verificar em um dos dias do trintídio.

**Parágrafo Único** - Porém, se a rescisão se efetivar, considerando-se o cômputo do período do aviso, ainda que indenizado, após a data-base da categoria, não há que se falar em indenização, que somente é devida quando a rescisão contratual ocorrer no período de 30 dias que antecede à data-base relativa ao reajuste salarial.

**Cláusula 4ª** - As reuniões quando fora de horário normal serão remuneradas como trabalho extraordinário, pelo tempo excedente, salvo no que se refere aos cursos que não terão o mesmo efeito.

**Cláusula 5ª** – Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras laboradas, com limite de 02 (duas) horas diárias, sendo que tais horas poderão ser compensadas no prazo máximo de 12 meses após o mês da prestação, com redução de jornada em folgas, sem o pagamento do adicional correspondente, sendo permitido que as empresas escolham os dias da semana em que ocorrerão reduções da jornada de trabalho para adequá-la às 44 horas semanais, devendo, as Empresas formularem por escrito ao Sindicato Profissional e Patronal a intenção de aderir às condições pactuadas para validar o banco de horas.

**Parágrafo 1º** - Na hipótese de ao final do prazo não tiverem sido compensadas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras acrescidas do adicional, conforme a CLT, inclusive havendo rescisão de contrato de trabalho, a empresa pagará ao empregado as horas não compensadas como extraordinárias.

**Parágrafo 2º** - Se concedidas pela empresa reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão ser constituir como crédito para a empresa, a ser descontado após o prazo.

**Cláusula 6ª** – Nos deslocamentos superior a 100 KM, serão pagos a títulos de reembolso com refeições e pernoites os seguintes valores: almoço – R\$ 20,00 e jantar R\$ 20,00.

**Cláusula 7ª** - Fica autorizado o trabalho nos dias de feriados, devendo ser assegurado ao empregado que trabalhar em tais dias o recebimento apenas do adicional de 100% sobre a hora trabalhada, sem prejuízo do vale transporte, devendo o pagamento ser inserido no recibo de salário do mês posterior ao labor.

**Cláusula 8ª** – Fica estabelecido que os empregados que exerçam as funções abrangidas por esta Norma, terão direito a uma folga no dia do seu aniversário de nascimento, em homenagem ao Dia do Rodoviário.

**Cláusula 9ª - Desconto Sindical Negocial** - Será descontado do salário de cada empregado pertencente à categoria do Sindicato o valor equivalente a 3% para aplicação no plano de expansão social, serviços médicos, odontológicos, jurídicos e sociais, que serão descontados nos meses de julho e dezembro, em favor do Sindicato Laboral, que serão recolhidos aos cofres da entidade, por sua tesouraria ou através de crédito em conta, até o 10º(décimo) dia subsequente aos meses do desconto, reconhecido o direito de oposição.

**Cláusula 10ª** – Os empregados que exercem a função de motorista zelarão pela conservação do veículo, devendo ainda levar ao conhecimento da Empresa os imprevistos ocorridos e tomar providências urgentes e cabíveis quanto a tais imprevistos, ficando responsável pelo extravio de cargas, ferramentas e acessórios que comprovadamente lhe foram confiados.

**Parágrafo Único**: É vedado ao motorista fazer-se acompanhar de terceiros nos veículos utilizados para desempenho da função, sem a autorização expressa do empregador, sendo que em caso de descumprimento autoriza a empresa adotar as medidas compatíveis.

**Cláusula 11ª** – Em caso de multa de trânsito, a Empresa fica autorizada a descontar dos motoristas os valores relativos a tais sanções, inclusive indicar o real infrator ao DETRAN/RJ.

**Cláusula 12ª** - O empregado admitido para a função de Motorista está obrigado a manter a carteira nacional de habilitação pessoal atualizada junto ao órgão e proceder à renovação sem ocasionar o vencimento, não cabendo justificativa na ausência da medida, autorizando a Empresa, em caso de descumprimento, aplicar sanção disciplinar e suspender o empregado da função.

**Parágrafo 1º** - O empregado deverá no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a data de término de validade da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, apresentar junto ao empregador o comprovante de renovação junto ao DETRAN por meio de cópia autenticada, ficando obrigado a apresentar a cópia do documento revalidado, respeitando o limite de vigência da CNH, sendo facultado ao empregador antecipar o valor referente à renovação da CNH, desde que requerido pelo empregado, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede o término de vigência, ficando a empresa autorizada a descontar do salário a importância no mês subsequente, podendo adotar critério de parcelamento limitado a 30% do salário.

**Parágrafo 2º** - Caberá ao empregado o custeio do Exame Toxicológico para fins de admissão e renovação para atendimento da legislação, obrigando-se a entregar a Empresa para as medidas previstas na Portaria nº 945, de 01/08/2017.

**Cláusula 13ª** – Fica obrigado o empregado afastado por motivo de doença apresentar o atestado médico em até 48 horas subsequentes ao afastamento, sob pena de não ser considerado válido e serem procedidas as medidas de lançamento dos dias como faltas injustificadas e descontos correspondentes no salário, podendo enviar inclusive o referido atestado para o e-mail, Whatsapp ou similar a ser disponibilizado pela empresa para este fim, admitindo-se a entrega de cópia do atestado ou documento original mediante recibo por meio de terceiros.

**Parágrafo único** – A declaração de comparecimento ao hospital abona tão somente o período descrito no documento, devendo o empregado, se for o caso, retornar ao labor, sob pena de desconto das horas faltantes da jornada.

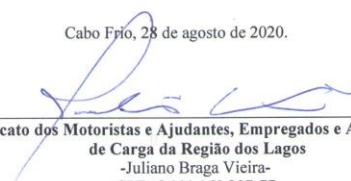
**Cláusula 14ª** – A Empresa está dispensada de submeter o empregado ao exame de retorno, quando o mesmo tiver o benefício previdenciário cessado em virtude da aptidão ao trabalho reconhecida pela Previdência Social.

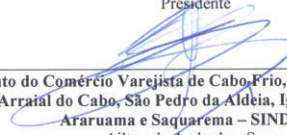
**Cláusula 15ª** - Fica expressamente proibido o uso de telefone celular no horário de trabalho, devendo o aparelho ficar guardado junto com os seus pertences, sendo que em caso de descumprimento, será aplicada a penalidade cabível.

**Cláusula 16ª** - Em caso de violação de quaisquer umas das cláusulas deste instrumento, ficará o infrator obrigado ao pagamento de uma multa 20% (vinte por cento) do valor do Piso Salarial, por empregado prejudicado, que reverterá em seu favor.

**Cláusula 17ª** - O prazo de validade da convenção é de 12 meses, iniciando-se em 01/05/2020 a 30/04/2021.

Cabo Frio, 28 de agosto de 2020.

  
Sindicato dos Motoristas e Ajudantes, Empregados e Autônomos  
de Carga da Região dos Lagos  
-Juliano Braga Vieira-  
CPF nº 111.160.207-77  
Presidente

  
Sindicato do Comércio Varejista de Cabo Frio, Armação dos Búzios,  
Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande,  
Araruama e Saquarema – SINDCOM  
-Ailton de Andrade e Souza-  
CPF nº 414.716.797-72  
Presidente